

A CULTURA EDUCACIONAL ENQUANTO UM CONTRAPONTO AS QUESTÕES DEIXADAS POR DOMINIQUE JULIA

Ronyone de Araújo Jeronimo¹

RESUMO

O presente trabalho promoverá um diálogo entre duas percepções de estudo da História da Educação, são elas: a Cultura Escolar e a Cultura Educacional. A primeira, concebida por Dominique Julia, se situa no estudo de uma cultura produzida no ambiente escolar como objeto histórico, conceito esse já estabelecido no ciclo acadêmico, e bastante trabalhado pelos pesquisadores brasileiros atualmente. Enquanto a outra perspectiva que buscamos, ainda não possui a notoriedade recebida pela abordagem introduzida por Julia. Entretanto, possui uma abrangência que complementa algumas lacunas que não foram observadas no artigo que tornaria o conceito de Cultura Escolar evidente no campo da História da Educação. Nesse sentido, a Cultura Educacional idealizada pelo pesquisador Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, complementa e abrange as fontes e as linguagens que podem situar o cenário educacional, dando ênfase às narrativas biográficas e memorialísticas como objetos de se fazer história e de levantamento de abordagens sobre temas escolares que vão além dos muros das escolas. Assim, os vazios percebidos por Julia em sua pesquisa, como o desconhecimento dos modos de se organizar das crianças para produzir burlas, e o que sobra da escola após a escola, podem ser respondidas por intermédio da percepção de Pinheiro de Cultura Educacional, que abrange as diversas linguagens produzidas por homens e mulheres que passaram pelo ambiente escolar e promoveram alguma expressão sobre tais assuntos e entre outros que abrangem o universo escolar. Estas ideias serão debatidas e problematizadas neste trabalho, em vista de estabelecer aproximações e distanciamentos que as duas abordagens possuem.

Palavras-chave: Diálogo, História da Educação, Cultura Escolar, Cultura Educacional, Dominique Julia.

INTRODUÇÃO

A vida das coisas em geral, como a vida toda da natureza, vive numa eterna mutação. É um constante nascer... Viver... Morrer... As últimas festas típicas de São João e São Pedro, realizadas no bucólico arrabalde São José, são o motivo destas reflexões. Através do espelho da minha saudade vi tudo: era uma Mocidade elegante o que se divertia prazerosamente, com os motivos da tradição mística daquelas datas, no velho edifício em cujos salões funcionou, por tantos anos, o colégio São José, que Clementino Gomes Procópio - decano dos professores do estado, dirigiu tão sabiamente! Procurei com os olhos da alma um ponto de contato com o passado e íntimo da antiga casa de instrução, e somente a paisagem imota atendeu ao meu apelo. No supremo esforço, procurei reviver aquilo que fora outrora um viveiro de esperança, um foco de luz radiante. Era um salão de aulas, alunos, material pedagógico, e a figura respeitável do professor Clementino, muito vermelho... As célebres batalhas, futebol, alegria colegial, enfim um punhado de coisas que o tempo levou para outras bandas,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, ronyone.aj@gmail.com; Bolsista Capes.

deixando apenas a estrutura ambiente que se modifica a proporção que á vida marcha! Caia o pano; o sonho acabava... Voltei as vistas e no salão, ao som de um harmónio, dançavam um delicioso maxixe. Deplorei o contraste e num veículo ver em companhia de um colega, abalei para a cidade! Tudo se transforma... Tudo passa... (CATÃO, 1934, p.3)

A fugacidade do tempo é o mote da reminiscência publicada pelo *Evolução Jornal*, impresso oriundo de Campina Grande-PB, em um dos seus exemplares de 1934. O sujeito que impõe a narrativa era Porfírio Catão², redator de tal impresso, o qual, ao se deparar com sua antiga escola, rememora algumas lembranças daquele ambiente, e com lástima lamenta o que se tornara a antiga casa de ensino que o instruíra, que a pouco tempo tinha fechado as portas. Para o sujeito que narra a recordação, a passagem do tempo retirou daquele espaço a admiração que nutria, no entanto, ao mirar seu olhar passageiramente para aquele local suas lembranças afloraram e o inspiraram a escrever a crônica que discuto que tem como cerne o ambiente escolar. O qual, introduzirei enquanto escopo para propor um diálogo sobre duas perspectivas relacionadas ao campo da História da Educação e que também estão associadas ao ambiente escolar, sendo elas: a Cultura Escolar e a Cultura Educacional.

Logo, a reminiscência produzida por Porfírio Catão nos serve de suporte para explorar estas duas vertentes que tem como objeto a escola. A diferença entre as duas perspectivas é que a primeira tem os eventos que ocorre internamente como cerne, enquanto a segunda os acontecimentos externos. Para exemplificar, observarei mais uma vez uma pequena passagem da Crônica de Porfírio Catão quando este situa que “Tudo se transforma” e “tudo passa”, o qual, podemos identificar a passagem do tempo e suas transformações como processos a serem analisados, em especial, o que tangem a educação. Nesse sentido, ao produzir esta conversação entre essas duas perspectivas, é preciso destacar como elas foram elaboradas, evidenciando a trajetória de cada uma, e as fontes que se apropriam para tecer suas ponderações.

Assim sendo, ao se debruçar sobre o itinerário em que Dominique Julia estabeleceu sua concepção de Cultura Escolar, é necessário compreender que este entende que sua noção se trata de um objeto histórico, isto é, que pode ser analisado diacronicamente. Dessa maneira, Julia traça um recorte entre o século XVI ao XIX, com a intenção de demonstrar como se operou essas transformações no ambiente escolar, resultando disso a promoção de uma Cultura Escolar.

² Natural de Serra Redonda-PB que na época do seu natalício era distrito de Campina Grande em 26 de novembro de 1905. Foi aluno do Professor Clementino Procópio e também cursara contabilidade no Instituto Pedagógico, atual Alfredo Dantas, onde depois atuou enquanto Professor, também atuara no colégio das Damas. Além de Professor, também militara na imprensa campinense, sendo redator do *Evolução Jornal*, impresso ligado ao Instituto Pedagógico. De 1944 a 1968 exercera a profissão de bancário no Banco do Comércio de Campina Grande S.A. falecendo em 1970. Ver: (MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, 1996, p. 215)

Destacando desde as origens deste seguimento, oriundo das ordens religiosas para a formação de clérigos, e posteriormente para formação das elites, até a sua obrigatoriedade para todas as classes da sociedade em geral, obedecendo à necessidade de cada público que esta seria oferecida. Assim, para Dominique Julia três elementos são primordiais para a constituição da Cultura Escolar, são eles: o surgimento de um espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e a formação de um corpo profissional, que não seriam mais formados apenas por clérigos, e sim por sujeitos que tornaram o ensino um ofício (JULIA, 2001, p.14-15).

Esses elementos foram essenciais para Julia conceber a Cultura Escolar, que seria fundamentada na análise dos processos históricos que ocorreram no ambiente escolar no período estudado por este. Logo, os arquivos basilares para argumentação da Cultura Escolar seriam aqueles que eram produzidos entre os muros da escola, ou seja, as fontes internas. Neste caso, o acervo escolar composto por tarefas, diários escolares, dados dos discentes seriam fundamentais para abordagem da Cultura Escolar. Entretanto, Dominique Julia aponta para dificuldade de fazer uso dessas fontes, principalmente em seu recorte, haja vista, que era comum as instituições escolares descartarem estes documentos, em especial as tarefas aplicadas pelos preceptores e empreendidas pelos alunos, pelo motivo de ocuparem muito espaços nos almoxarifados das instituições. O autor ainda destaca que este problema não seria resolvido no século XX, pelo menos no seu país de origem, a França.

É provável que este tipo de descarte também ocorra até atualmente, mesmo com a existência de serviços de armazenamentos digitais (as nuvens). Pelo motivo destes serviços oferecerem espaços limitados, impondo em muitos casos a necessidade de remuneração anual ou mensal para aquisição de espaço ilimitado. Não sendo atraente, em algumas circunstâncias, para algumas escolas, sobretudo, para aquelas que encerraram suas atividades, porque pagar por um serviço, se a casa de ensino fechou suas atividades? Esses problemas são observados por Julia, como sendo alguns dos empecilhos para o historiador que busca examinar o cenário escolar. Todavia, “como repetia incansavelmente Armando Momigliano, as fontes podem ser encontradas se temos a tenacidade de ir procurá-las” (JULIA, 2001, p.19). Dito isso, o autor aponta para três eixos que considera interessantes para a compreensão do seu objeto, são estes: se “interessar pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda é avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador; e a terceira, interessa-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares” (JULIA, 2001, p.19).

É importante ressaltar que esses eixos são complementares a trinca de elementos introduzidas anteriormente. Sendo os eixos, fenômenos a serem buscados pelos historiadores e pesquisadores da área da educação sobre o tema que compreende o ambiente escolar. Diante

disso, na perspectiva de Julia a produção de um inventário das práticas (período por período) seria interessante para entender os processos de modificações vivenciados por gerações. Isto é, entender o que funcionou em um tempo, e como esta deixou de ser efetiva em outro (JULIA, 2001). Esse exemplo da formação de um inventário por parte de um pesquisador que venha trabalhar com a perspectiva da Cultura Escolar, reflete uma necessidade dessa noção de fazer uso de documentos que tenha o espaço escolar como produtor de fontes, o que difere da abordagem da Cultura Educacional.

Sobre esta perspectiva, que também tem o ambiente escolar como alvo, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro formulou sua análise a partir de uma pesquisa que buscava analisar o universo educacional no interior da Paraíba no século XIX. Contudo, no transcorrer dessa pesquisa o autor esbarraria na incipiência de documentos escolares, isto é, as fontes produzidas por esses espaços. Esse obstáculo, entretanto, não seria definidor para a desmotivação de Pinheiro, fazendo este buscar outras fontes que desse suporte para seu estudo. É nesse ínterim, que irrompe a necessidade de fazer o uso de um material encontrado abundantemente nesse cenário, que seria os livros e os escritos memorialísticos. Ao se debruçar sobre essas narrativas, Pinheiro identificou que constantemente havia um espaço dedicado ao ambiente escolar, fruto da experiência desses sujeitos nesses espaços enquanto aprendizes. Comumente era evidenciado nesses livros e escritos, críticas aos métodos de ensino, principalmente, os punitivos, que descrevem excessos praticados por professores e decúrias que faziam uso exacerbado de castigos corporais. Apesar dessa constância de ressaltar esta realidade comum para época, também era habitual encontrar narrativas elogiosas referentes a professores que desenvolveram bons trabalhos em determinadas cidades do interior.

Além disso, outros temas também seriam evidenciados: a falta de prédios aptos para abrigar o ensino, críticas aos processos de contratação de professores, e questões relacionadas a moralidade dos preceptores estavam na pauta desses memorialistas. Foi consultando estas fontes que Pinheiro desenvolveria uma análise que abrangeria a possibilidade de uma nova vertente de estudo relacionado a esfera da História da Educação, que seria concebida por Pinheiro como Cultura Educacional. Essa nova perspectiva seria elaborada por este autor, visando contribuir com as pesquisas voltadas para o campo educacional, que em muitas ocasiões são frustradas devido à pouca ou falta de documentos, e até mesmo a má conservação dos acervos. Tal problema poderia pôr fim a uma pesquisa, se não fosse a percepção do pesquisador de que as abordagens memorialísticas poderiam suprir a carência constatada. É nessa direção que o autor sinaliza “a ideia de cultura educacional elaborada a partir das experiências sociais, culturais e permeada por peculiaridades históricos educacionais”

(PINHEIRO, 2009, p.101), que carregaram as narrativas que abordam este assunto, e que darão vazão a estudos como o de Pinheiro referente a conceptualização do termo Instrução, palavra pouco usual presentemente, mas, muito utilizada nos trabalhos de História da Educação.

O seu uso frequente no campo da História da Educação, é identificado por Pinheiro como um reflexo de um momento histórico brasileiro em que tal expressão concebia o que hoje entendemos enquanto educação. Logo, quando abordamos o século XIX ou as primeiras décadas do século XX é comum encontrar nas fontes a expressão Instrução como uma palavra ligada a educação escolar ou a sua institucionalização, sendo a palavra educação pouco usual, estando esta conectada as relações domésticas entre pais e filhos. Essa mudança será observada por Pinheiro, tornando alvo de sua análise que compreende eventos históricoeducacionais relatados por sujeitos escolarizados e pré-escolarizados que eventualmente tiveram passagem pela escola e buscaram escrever suas experiências sobre esse ambiente. É por intermédio destas narrativas que Pinheiro observará transformações neste campo, e que darão a este embasamento para entender as mudanças efetuadas no campo da educação, principalmente no cenário paraibano, onde as fontes memorialísticas são mais abrangentes que os documentos institucionais escolares.

A compreensão do desuso de uma expressão recorrente em certo momento histórico por outra, foi apenas o princípio para a formulação de Pinheiro de uma nova vertente de estudo no campo da História da Educação. Enquanto estudioso desta área, o nosso autor utiliza este exemplo para nos situarmos de outras expressões e práticas antes recorrentes no campo educacional que foram deixadas de lados ou até mesmo extintas, por não serem mais desejadas. No entanto, foram estas práticas que fizeram a nossa forma de lidar com a educação ser diferente do passado, possibilitando o desenvolvimento de técnicas de regulamentação e didática do ensino, e é por isso que entender o desuso de uma expressão se torna importante, principalmente para a compreensão de uma nova vertente de saber no campo da História da Educação.

É assim que surge a possibilidade de conceber uma Cultura Educacional, atrelada a noção de uma Cultura Histórica, que iria além da percepção de uma Cultura Escolar, tida por Pinheiro como aprisionada pelo cientificismo e pelos muros das escolas. Nessa nova abordagem, o autor considera que do mesmo modo que todos sujeitos produzem histórias por meio da linguagem, a educação também não seria diferente. Todos que passaram pelo ambiente escolar, possui alguma noção do que era considerado um bom aluno, um bom professor ou o contrário, e como funcionava estes lugares. Até aqueles homens e mulheres que frequentaram pouco tempo estes ambientes, possui alguma noção vaga destes espaços. São as diferentes

linguagens artísticas, literárias e visuais produzidas por esses sujeitos que Pinheiro atribui a concepção de Cultura Educacional.

Nesse sentido, compreendemos que a cultura educacional não se restringe à produção da historiografia realizada pelo segmento social vinculado às universidades e, principalmente, àqueles atrelados aos programas de pós-graduação, mesmo que esses sejam, hoje, mais reconhecidos socialmente como produtores de conhecimento e de saberes especializados. Partimos do pressuposto de que os artistas, os intelectuais e as pessoas simples, do povo, contribuem para a produção de leituras e de interpretações sobre o passado e o presente educacional. Evidentemente, que em relação a esses saberes mais fluidos e não formais, podemos dizer que são expressos pela memória, pelas reminiscências e que eventualmente ou sistematicamente, evocam, através das lembranças, o passado permeado de sentimentos e de percepções singulares ou comuns a diversos indivíduos” (PINHEIRO, 2009, p.108).

Portanto, as diferentes linguagens que produzem narrativas referentes a educação necessitam ser analisadas, para uma melhor compreensão do assunto. Logo, os elementos que constitui a percepção de Pinheiro de Cultura Educacional, são produzidas externamente por diferentes linguagens que compreenda o universo escolar. Dessa maneira, a produção de linguagens verbais e visuais sobre o tema podem ser analisadas como fontes históricas.

METODOLOGIA

Só para exemplificar essa questão, um diretor de cinema que produz um filme ambientado na escola, confere aos atores, além das instruções oriundas do roteiro, percepções tanto de sua vida escolar, como dos sujeitos que produziram o roteiro, contando também, com os improvisos dos atores que também conhece essa dimensão. Assim, se analisarmos a proposta de Cultura Educacional de Pinheiro, observaremos a expansão do objeto de estudo, em especial, por promover a análise das diversas linguagens produzidas por sujeitos que passaram pelo ambiente escolar.

Esse talvez, seja um dos complementos de Pinheiro para as lacunas apontadas por Dominique Julia, quando este situa três vazios, e entre eles estão o desconhecimento dos modos de se organizar das crianças nos pátios da escola para promover burlas, e o que sobra da escola após a escola. Estas lacunas, podem ser desvendadas por meio da perspectiva da Cultura Educacional, pelo fato desta usar fontes diversas produzidas por sujeitos que passaram pelo ambiente escolar. O próprio Julia explicita em suas considerações que para responder as suas faltas, era necessário fazer uso da análise de autobiografias e da história oral, fontes externas ao universo escolar, que estão entre as linguagens que fazem parte da noção objetivada por Pinheiro. Dessa maneira, a Cultura Educacional pode satisfazer esses espaços em branco que

ficaram na exposição de Julia, ao explorar crônicas como a que o escritor Mário Melo³ produziu para o Jornal Pequeno.

Volvo os olhos a minha primeira infância. Creio que tinha três anos quando meu pai, então magistrado em Campina Grande, me mandou a escola pela primeira vez. Está bem visto porque eu não ia aprender coisa alguma. A casa onde funcionava a aula era vizinha da em que morávamos, e a carta de A.B.C que eu levava nas mãos, era mero pretexto da minha mãe para descansar algumas horas das travessuras que dizem naquela idade eu fazia. Pois bem, o professor público era um homem austero. Costumava as sexta feiras fazer sabatinas de tabuada e arranjava sempre um meio de com a palmatória, se vingar das traquinadas dos endiabrados alunos, que embora destros na arte de contar, caíam sempre em suas malhas. Houve uma conspiração. Em conciliábulo resolveram da fim as duas palmatórias -engenhosos instrumentos que fazem parte integrante, embora como ornamentos, de qualquer escola de aula primária. Do projeto a execução não houve demora. As palmatórias seriam furtadas e atiradas ao telhado. Ao menos, enquanto o professor não arranjasse outras, estariam livres do castigo. Enquanto o pau vai e vem, folgam as costas, -diria o nosso Arôxa, se naquele tempo fosse aluno de minha escola. Essas reuniões eram na porta, no espaço de tempo em que se esperava que o Mestre, que não morava no mesmo edifício, viesse a abri-la. Eu as assistia. Quem se lembraria que tivesse eu bastante discernimento para compreender o que ouvia? Até o decurião -a segunda pessoa do professor- era conspirador. E as duas palmatórias, num momento de descuido, foram dormir no telhado, expostas ao sol e à chuva, recebendo o frio da noite e o calor do dia, como castigo á sua missão. Quando o nosso preceptor deu pelo logro, jurou tomar uma vingança. Era um tanto cruel. Na sexta-feira, a hora da malfadada sabatina, estavam todos satisfeitos. Sabatina sem bolo! Antes de iniciá-la, porém, o mestre escola mandou pedir um par de tamancos para substituir as suas armas. E a cada minuto jurava que sua vingança seria pior do que a destruição de Jerusalém, anunciada pelo Messias. Nem mesmo o seu decurião escaparia. Teve a feliz ideia de com afagos me perguntar quem roubara suas palmatórias; oferecia-me uma gulodice, se eu dissesse. Inocentemente, traíndo a solidariedade dos colegas, levei-o ao local em que vira jogarem as palmatórias, contando o que sabia. O castigo foi horroroso. Diante do espetáculo desagradável de gritos, impropérios, vociferações, soluços, lágrimas, extorsões, lamúrias, exclamações, pedidos de misericórdia, fiquei impressionadíssimo, chorando também por minha vez, pela dor dos colegas. Apesar de isento de culpa e imune da pena geral pela idade, fiquei aterrorizado com a ideia do castigo, tendo arrepiamentos quando dele me lembrava. Um pensamento assim que se fixa na imaginação de uma criança, perdura até o fim da existência (MELO, 1910, p.2).

O autor dessa crônica, ao rememorar o seu passado escolar, apresenta para os leitores do impresso do Recife uma memória considerada para este marcante. Para nós pesquisadores, esta reminiscência expõe um desenho de uma época, onde os castigos físicos também eram utilizados como recursos pedagógicos para instruir as crianças. Tendo as palmatórias como ornamentos que compunham o espaço escolar, semelhantes a outros objetos que se encontravam neste ambiente, contudo, diferentes dos demais utensílios, estas eram usadas para disciplinar e

³ Mário Carneiro do Rego Melo nasceu em 5 de fevereiro de 1884 no Recife, filho do Juiz federal Manuel do Rego Melo, conhecido em Campina Grande como Dr. Rego Melo. Cursou o primário em Campina Grande-PB e Paudalho-PE, cursando o secundário no Recife no colégio Salesiano. Formado em Direito na faculdade do Recife, militar por muito tempo na imprensa Pernambucana, falecendo em 1959. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=708> acesso em 07 nov. 2017.

demonstrar as imprecisões do alunado, logo, a palmatória também poderia ser observada como um recurso de ensino. Se nos atermos ao momento que esta lembrança foi gerada, considerando que o autor dessa crônica nasceu em 1884, é possível que este acontecimento descrito tenha ocorrido entre 1887 ou 1888, período que a família do cronista vivia na cidade de Campina Grande. Justamente, nesta década foi produzido um ofício direcionado ao presidente da Província da Paraíba, produzido pelo diretor da Instrução Pública dessa localidade, para denunciar o funcionamento inepto que o setor possuía, principalmente relacionado aos espaços em que eram ministradas as aulas públicas.

Conforme Pinheiro (2002, p.72) o pensamento dominante que imperava no século XIX era que o tesouro público não deveria dispendir “recursos com aluguel ou compra de “casas escolares”, assim, o funcionamento das cadeiras isoladas deveriam ser ofertadas nas residências dos próprios professores”. Dessa maneira, meninos e meninas eram comumente escolarizados em salões, salas de visita, alpendres e outros ambientes. Com o tempo, esta relação começou a ser vista como problemática, em virtude de que estes espaços acarretavam

Problemas tanto de ordem administrativa, quanto de ordem pedagógica. Sobre este último aspecto, alguns gestores da instrução pública consideravam “promiscua” a convivência entre os discípulos e a família do professor, reunidos na mesma casa, na maioria das vezes, de aparência das mais humildes. (PINHEIRO, 2002, p.73)

Esse convívio no seio da intimidade do preceptor geraria todo tipo de distúrbios, desde cunho moral, até disciplinar. “A Lei nº 455, de 22 de junho de 1872, que proibia o Professor público de residir na mesma casa em que lecionava” (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 49), poria fim a legalidade desta prática na província da Paraíba, isto posto, o professor seria obrigado a alugar um prédio para lecionar. Aqueles que não cumprissem as determinações legais outorgadas pela lei teriam as suas gratificações suspensas, mas, existiam sujeitos que se arriscavam a transgredir esta norma, como era o caso do professor Clementino Procópio⁴ que vivia com sua companheira no mesmo espaço que lecionava. A conduta do professor seria exposta pelo Jornal Publicador da capital da província da Paraíba, no ano de 1886, que o denunciava pelo fato de manter suas aulas em sua residência, e ademais viver em um relacionamento com uma mulher sem ter contraído matrimônio, uma conduta considerada imoral para época. Conforme Miranda (2012), essa contraversão gerou a demissão do professor

⁴ Nascido em 1855, na cidade de Bom Jardim-PE. Foi através do seminário de Olinda que o mesmo foi estimulado a ensinar, a sua carreira no magistério iniciara em 1872 no subúrbio do Recife. Em 1874 se mudara para o distrito do Batalhão (Atualmente Taperoá-PB) na província da Paraíba, abrindo uma escola na localidade. Com a grande seca de 1877 o educador precisou sair às pressas do povoado em razão da estiagem. O destino do Professor foi Campina Grande, cidade esta que o professor vivera até sua morte em 1935.

da cidade de Campina Grande, porém, seu afastamento seria momentâneo em razão de sua influência política na província. Nesse sentido, é provável que o próprio professor da reminiscência de Mário Melo seja Clementino Procópio.

Então, o cenário destacado por Mário Melo em sua crônica no *Jornal Pequeno*, representava o ambiente escolar de Campina Grande da época, e de outras cidades análogas à mesma. E a palmatória ainda era um recurso de ensino, e não havia prédios públicos para abrigar a educação, obrigando os professores a alugarem espaços para aplicação do ensino. Isto, quando as aulas não eram aplicadas no próprio ambiente doméstico do professor, como o produtor da reminiscência destaca, ao situar que os alunos ficavam na porta aguardando o preceptor abrir o espaço para adentrarem, em virtude deste não morar no mesmo lugar onde lecionava, situando que outros professores ainda procediam assim em Campina Grande, no final da década de 1880. Assim, ao analisar o relato memorialístico de Mário Melo, observamos como o uso das fontes jornalísticas são importantes para difusão de uma Cultura Educacional, haja vista, que estes veículos de comunicação são produtores de diversas linguagens verbais e visuais. Dessa maneira, ao apresentar uma crônica, uma charge, ou até uma notícia relacionada a transgressão de uma lei por parte de um professor, onde sua conduta moral também é ressaltada, estão inseridos no universo proposto por Pinheiro de Cultura Educacional.

Além disso, o que nos levou a introduzir o relato memorialístico de Mário Melo, é a narrativa de uma organização promovida pelos alunos para furtar as palmatórias do professor, demonstrando que nem mesmo o decúria do mestre concordava com o método de punição praticado. Tal assunto compreende o vazio exposto por Dominique Julia em relação aos modos de se organizar dos discentes para efetuação de burlas que suavizassem castigos, e até mesmo para prática de insurgências promovidas pelos alunos contra os desmandos de um professor. Sabendo dessas condutas, os preceptores tomavam certos cuidados para não sofrerem com estas disposições, e é o que observamos no regulamento da Escola Olavo Bilac⁵ do professor Mauro Luna⁶:

Reputando de vantagem para ordem do colégio, resolveu seu diretor não dar recreio, onde, quase sempre, se registram incidentes desagradáveis e que escapam a toda

⁵ Fundada em 1921 em Campina Grande pelo professor Mauro Luna, a instituição funcionaria até 1932, quando fecharia as portas definitivamente.

⁶ Nascido em Campina Grande em 1897, Mauro Luna foi um poeta, jornalista e professor que atuara ativamente no cenário campinense em prol da educação e pela disseminação da cultura literária em sua cidade. Foi autor do primeiro livro de poesia produzido em Campina Grande, intitulado “Horas de Enlevo” em 1924, essa obra o levou a ser empossado na academia de letras da Paraíba em 1943. Mas, este nunca chegou a participar de uma única reunião desse ciclo de acadêmicos paraibanos, pois, morrera alguns meses após a sua posse por meio de uma procuração em novembro de 1943.

vigilância. Concedeu, porém, no horário do almoço, tempo suficiente para o descanso espiritual (O CLARÃO, 1922, n.1, p.6).

Decerto, esta exclusão do recreio, nada mais era do que um receio contra possíveis organizações discentes. Pois, estes momentos conforme exposto no regulamento da escola de Mauro Luna eram difíceis de serem monitorados, e para evitar possíveis incidentes, este aboliu um espaço para possíveis encontros que promovessem burlas contra sua instituição. Mas, como observamos na crônica de Mário Melo, esses colóquios poderiam ocorrer, tanto na chegada dos alunos, quanto na ida. Logo, o simples fato de anular um espaço de conversação, não restringia que estes não efetuassem um conciliábulo, semelhante ao exposto por Mário Melo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa amostra, retirada da memória do cronista, é uma manifestação do que podemos extrair da perspectiva de Pinheiro de Cultura Educacional, principalmente, no que tangem a análise das fontes sobre o ambiente escolar, o qual, os sujeitos que passaram pela escola, são produtores de linguagens, e que estes também utilizam os diferentes meios de comunicação para expressar suas vivências relacionadas a este ambiente. Deste modo, ao analisar essas linguagens, resolvemos mais uma lacuna deixada por Dominique Julia, quando este discorre o que ocorre depois da escola, basicamente os alunos promovem as habilidades adquiridas no espaço escolar para produzir diferentes linguagens sobre os diversos assuntos aprendidos naquele local. Dessa maneira, ao buscarmos as fontes produzidas externamente ao ambiente escolar, nos depararemos com abordagens como as de Mário Melo, ou Porfírio Catão sobre o tema. Tendo os materiais impressos, e outras mídias como fomentadores dos aperfeiçoamentos produzidos pela educação escolar, inclusive, na promoção de relatos e problematizações referentes a educação.

Portanto, um testemunho como o que apresentaremos a seguir pode servir de evidência de como os sujeitos procedem após à escola:

Meu prezado Mauro afetivos saudaes. Diante do bom resultado obtido em seu colégio intitulado Olavo Bilac, na ocasião da banca de exame, não podia, absolutamente, deixar de trazer-lhe os meus parabéns efusivos. Mesmo porque, quando eu comecei a frequentar as aulas por você dadas, não sabia sequer redigir um período, no entanto, passados sete meses apenas, já me achava algo desenvolvido: e, hoje em dia, sei, mais ou menos exprimir os meus pensamentos. Confesso-lhe, também, sem nenhum fingimento que durante a minha frequência em sua aula noturna, nunca tive tempo de

pegar em um livro; porém vou aproveitando sempre. Por que? Por ter você o dom de ensinar. Não basta a um professor meu caro amigo, o ser bastante preparado; é indispensável que saiba falar aos alunos, de modo que se torne fácil a compreensão da matéria estudada. Esta faculdade raríssima precisa o homem traze-la do berço, pois, do contrário, a menos que não se esforce, os efeitos serão sempre negativos; e, fatigado, sem expressões convincentes, encontra-se sempre em dificuldade no ambiente onde leciona. Antes de terminar esta, diga-lhe que estou satisfeíssimo com os resultados brilhantes que alcançaram seus alunos, não só por sua causa, como também desejo o bem estar de nossa terra, principalmente, no tocante à instrução. Sem mais aceite um abraço, do seu amigo Sebastião (SOUTO MAIOR, 1922, n.1, p.4-5).

Esse relato introduzido pelo Jornal O Clarão, impresso oriundo de Campina Grande, e ligado ao Instituto Olavo Bilac do Professor Mauro Luna, é uma constatação de como os sujeitos que passam pelo ambiente escolar, incorporam saberes que o possibilitam a se colocar em certas circunstâncias, como expressado na carta de Sebastião Souto Maior, endereçada a Mauro Luna, e publicada no Jornal. Em que este cumprimenta o seu mestre pelos resultados obtidos por seus alunos na banca de exames públicos, destacando o quanto aprendeu com o professor nas aulas que disponibilizava no período noturno, inclusive, a carta em que escrevia era fruto deste aprendizado. Logo, sua inserção no ambiente escolar era o fomentador desta produção que tem no elogio ao professor uma das formas de conceber a Cultura Educacional. À vista disso, compreendemos por meios dos exemplos expostos que os vazios destacados por Dominique Julia podem ser supridos pela perspectiva elaborada por Pinheiro, principalmente, por este último ter como cerne de sua análise as fontes externas ao ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, poderíamos indicar que as duas concepções poderiam ser vistas como complementares. Todavia, esta afirmação não seria cabível, em razão de ambas seguirem por caminhos distintos, apesar de em certos momentos compartilharem de aspectos consonantes, como, o exame dos processos históricos que se deram sobre a escola, e a formação do ambiente que se elaborou a Cultura explorada pelas duas perspectivas. Embora existam semelhanças, as duas não podem ser observadas como integrantes, e sim como concepções que seguem um itinerário diferente na maneira de consultar e trabalhar com as fontes. É claro que evidenciamos aqui um contraponto entre o que fora proposto por Pinheiro e os vazios observados por Julia em sua exposição, mas, esses complementos se encontram nas lacunas, não na proposta de ambas. Ao propor este diálogo busquei apresentar as semelhanças e as diferenças das duas

propostas, entendendo que a abordagem da Cultura Escolar já se estabelecera nos ciclos acadêmicos, sendo alvo constante de trabalhos produzidos no Brasil e fora deste território. Enquanto a Cultura Educacional se encontra em um limbo, pouco conhecida, porém, pode servir como suporte para novas pesquisas na área da História de Educação, em especial, pela forma que este se propõe analisar o ambiente escolar por intermédio das diferentes linguagens humanas, produzidas por sujeitos que passaram pelo universo escolar e teceram considerações sobre este lugar.

REFERÊNCIAS

CATÃO, P. Tudo passa... **Evolução Jornal**. Campina Grande-PB, ano 1, n. 4, p.3, 16 set. 1934.

GASPAR, L. Mario Melo. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=708>
Acesso em 7 dez. 2023.

JULIA, D. A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradutor: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-44, jan/jun, 2001.

MELO, M. O primeiro castigo. **Jornal Pequeno**. Recife-PE, ano 12, n.151, p. 2, 9 jul. 1910.

MIRANDA, I. V. **Instrução, Disciplina e Civilização**: Uma perspectiva de Leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889). Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE. Paraíba:/Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

PINHEIRO, A. C. F. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: Múltiplas Visões: **Cultura histórica no oitocentos**. Org. Cláudia Engler Cury e Serioja Cordeiro Mariano. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009. (p.101-122).

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).



PINHEIRO, A. C; CURY, C. E (org). **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial**. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

REGULAMENTO DO INSTITUTO OLAVO BILAC. **Jornal O Clarão**, Campina Grande – PB, ano 1, n.1, p.6, 3 dez. 1922.

SOUTO MAIOR. S. Carta. **Jornal O Clarão**, Campina Grande – PB, ano 1, n.1, p. 4-5, 3 dez. 1922.